

PROCESSO N.º 118/2021
EDITAL N.º 061/2021 – CONCORRÊNCIA N.º 004/2021

PREÂMBULO

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional de Mato Grosso do Sul (**SENAR-AR/MS**), sediado na Rua Marcino dos Santos, nº 401, Bairro Chácara Cachoeira II, na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, torna pública a realização de licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, do tipo "**TÉCNICA E PREÇO**", que será regido em conformidade com os preceitos do Regulamento de Licitações e Contratos (RLC) do SENAR, aprovado pela Resolução nº 001/CD, de 15/02/2006 (DOU 23/02/2006), alterada pela Resolução nº 033/CD, de 28/06/2011 (DOU 29/06/2011) e pela Resolução nº 032/CD, de 15/03/2012 (DOU 23/03/2012) disponibilizado na página eletrônica do SENAR http://senarms.org.br/sites/default/files/licitacoes/RLC-SENAR_0.pdf.

REUNIÃO DO CERTAME: Terá início às **09h, do dia 09 de março de 2022** na sede do **SENAR-AR/MS**, com o recebimento da documentação de habilitação e respectivas propostas. Os trabalhos licitatórios serão coordenados pela Comissão Permanente de Licitação – CPL, nomeada pela Portaria nº 001/2021/PRES.CA, com exceção da análise e julgamento das Propostas Técnicas, que serão analisadas e julgadas por Subcomissão Técnica, constituída por 02 (dois) funcionários do **SENAR-AR/MS** e por 01 (um) profissional sem vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto com o **SENAR-AR/MS** formado em comunicação, publicidade ou marketing ou que atuem em uma dessas áreas, todos convidados pela Diretoria do **SENAR-AR/MS**, a ser informada na abertura dos envelopes.

RETIRADA DO EDITAL: no site <http://senarms.org.br/licitacoes-contratos>, na sede da Administração Regional do SENAR em Mato Grosso do Sul, situada na Rua Marcino dos Santos, nº 401, Bairro Chácara Cachoeira II, Campo Grande/MS, ou ainda mediante solicitação pelo e-mail licitacoes@senarms.org.br.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de **gestão de marketing digital**, com objetivo de estabelecer e melhorar o relacionamento do **SENAR-AR/MS** com seu público-alvo, atraindo clientes e potenciais clientes para os eventos; cursos presenciais,

semipresenciais e EAD (FPR, PS e EFO); programas e projetos especiais (PPE); e assistência técnica e gerencial (ATeG).

1.2. As especificações técnicas estão descritas no Termo de Referência – ANEXO I do presente Edital.

1.3. Os ANEXOS I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX são considerados partes integrantes e indissociáveis deste Edital, independente de transcrição.

1.4. Os serviços contratados por meio desta licitação não abrangem atividades com natureza distinta da interação digital do **SENAR-AR/MS**, na disseminação e obtenção de informações junto à sociedade, em meios digitais.

1.5. Consideradas as especificidades das ações a serem implementadas com a aprovação do **SENAR-AR/MS**, a **CONTRATADA** poderá proceder a contratação de canais de divulgação e interação digitais para distribuição patrocinada de conteúdos voltados à gestão de relações digitais desenvolvidos no âmbito da contratação; ou para a obtenção de informações acerca do público de determinado canal de relacionamento digital, visando o maior alcance e efetividade da disseminação.

1.6. Nos canais de divulgação mencionados no item anterior, incluem-se os mecanismos de buscas na internet; além de outros meios necessários à disseminação de informações e obtenção delas junto ao público.

2. DO VALOR MÁXIMO ESTIMADO E DAS FONTES DE RECURSOS

2.1. O valor máximo estimado para a presente licitação é de **R\$ 1.117.600,00** (um milhão, cento e dezessete mil e seiscentos reais).

2.1.1. As estimativas de quantidades dos serviços, para o período de 12 (doze) meses, bem como os preços unitários e totais máximos admitidos na presente licitação, para cada serviço especificado, são os estabelecidos no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

2.2. As despesas correrão por conta do **CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO: 8719**.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação:

3.1.1. As licitantes cuja atividade seja compatível com o objeto licitado, legalmente estabelecidas no país, desde que comprovarem possuir os requisitos estabelecidos neste instrumento convocatório, respeitadas as demais condições normativas e as constantes deste Edital e seus anexos.

3.2. Não será permitida a participação direta ou indireta nesta licitação dos seguintes licitantes:

3.2.1. Reunidas em consórcio.

3.2.2. Cuja falência tenha sido decretada ou que estiver em curso de credores, em processo de recuperação, dissolução, cisão, fusão ou incorporação.

3.2.3. Que tenham sido declaradas impedidas de licitar ou contratar com o **SENAR-AR/MS**.

3.2.4. Que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer esfera da Administração Pública.

3.2.5. Cujos diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de Conselho Técnico, Fiscal, Consultivo, Deliberativo ou Administrativo ou sócio, sejam empregados ou ocupantes de quaisquer cargos no **SENAR-AR/MS** ou **SENAR-AC**.

3.2.6. Cujos diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros do Conselho Técnico, Fiscal, Consultivo, Deliberativo ou Administrativo; ou sócios, pertençam ainda que parcialmente, à empresa do mesmo grupo, ou em mais de uma empresa, que esteja participando desta licitação, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

3.2.7. Cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

3.3. A participação na presente concorrência implica, tacitamente, para a licitante: a confirmação de que recebeu as informações necessárias ao cumprimento desta concorrência; a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital; a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos e materiais apresentados em qualquer fase do processo.

3.4. Como condição prévia de participação, a CPL verificará a existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

b) Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas – CEPIM;

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP;

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

3.4.1. O resultado da pesquisa constará no processo e impedirá a participação da licitante no certame, por falta de cumprimento das condições de contratação, estabelecidas pela Política de *Due Diligence* do SENAR-AR/MS – Resolução n.º 012/2021/PRES.CA.

4. DA OBSERVÂNCIA DO CÓDIGO DE CONDUTA E DAS POLÍTICAS DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE DO SENAR-AR/MS

4.1. A licitante se obriga a adotar conduta justa e ética, respeitando as diretrizes estabelecidas no **Código de Conduta e nas Políticas do Programa de Integridade do SENAR-AR/MS**, disponível no endereço eletrônico <http://www.senarms.org.br>, o qual desde já declara conhecer

e estar vinculada, bem como assinar o Termo de observância ao Código de Conduta e às Políticas do Programa de Integridade do SENAR-AR/MS – **Anexo VI** e a Declaração de Potenciais Conflitos – **Anexo VII**, ambos deste Edital.

4.1.1. O “Termo de Observância – **ANEXO VI**” e a “Declaração de Potenciais Conflitos – **Anexo VII**” deverão ser apresentadas juntamente com os Documentos de Habilitação – Envelope “1”.

5. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO

5.1. Os pedidos de esclarecimentos e/ou as impugnações ao Edital deverão ser encaminhadas por requerimento formal, dirigido à CPL, e protocoladas no endereço descrito no preâmbulo deste Edital, até o prazo de 02 (dois) dias úteis de antecedência da data designada como de abertura para o presente certame, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende tê-lo viciado.

5.1.1. Não sendo feito nesse prazo, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação de propostas de preços e documentos de habilitação, não cabendo as licitantes o direito a qualquer reclamação posterior.

5.2. Caberá à CPL, decidir, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas antes do dia marcado para a realização do certame, sobre a impugnação interposta e os pedidos de esclarecimentos, sob pena de ter de reagendar a abertura do certame.

5.2.1. Os pedidos poderão ser protocolados na sede do **SENAR-AR/MS**, localizada na Rua Marcino dos Santos, nº 401, Bairro Chácara Cachoeira II, Campo Grande/MS, sendo o horário de funcionamento de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h às 17h30.

5.3. Se procedente e acolhida à impugnação deste Edital, as alterações serão comunicadas aos interessados pela mesma forma com que se deu a divulgação ao texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas. Neste último caso, as alterações serão publicadas exclusivamente no site da Instituição, no endereço eletrônico <http://www.senarms.org.br/licitacoes-contratos>, sem necessidade de reabertura de prazos.

5.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos formulados serão divulgadas mediante publicação de nota site da Instituição, no endereço eletrônico <http://www.senarms.org.br/licitacoes-contratos>, no mesmo link onde está publicado este Edital, ficando as licitantes interessadas em participar do certame obrigadas a acessá-la para a obtenção das informações prestadas.

6. DOS ENVELOPES

6.1. Os conjuntos de documentos de habilitação, os relativos à proposta técnica e os relativos à proposta de preços deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados, rubricados no fecho e identificados da seguinte forma:

ENVELOPE N. 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA N. 004/2021 – PROC. N. 118/2021

(razão social e endereço da empresa se o envelope não for timbrado)

ENVELOPE N. 02 – PROJETO – VIA NÃO IDENTIFICADA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA N. 004/2021 – PROC. N. 118/2021

ENVELOPE N. 03 – PROJETO – VIA IDENTIFICADA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA N. 004/2021 – PROC. N. 118/2021

(razão social e endereço da empresa se o envelope não for timbrado)

ENVELOPE N. 04 – PROPOSTA TÉCNICA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA N. 004/2021 – PROC. N. 118/2021

(razão social e endereço da empresa se o envelope não for timbrado)

ENVELOPE N. 05 – PROPOSTA DE PREÇOS

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA N. 004/2021 – PROC. N. 118/2021

(razão social e endereço da empresa se o envelope não for timbrado)

6.2. Todos os conjuntos dos Documentos e Propostas deverão ser apresentados preferencialmente em formato A4, podendo ser utilizado qualquer meio de fixação dos documentos que permita seu fácil manuseio, sem riscos de desprendimento ou perda. Todas as folhas deverão ser numeradas, em ordem crescente, apresentar índice indicativo do conteúdo e, ao final, Termo de Encerramento, declarando-se o número de páginas que o compõe e firmado pelo representante legal da empresa participante.

6.3. O Envelope 02 – Projeto – **VIA NÃO IDENTIFICADA** será entregue necessariamente em envelope pardo, opaco, que não permita identificar seu conteúdo, sem qualquer escrito, marca, sinal distintivo, ou elemento que permita identificar qual a licitante proponente autora.

6.4. É vedada a inclusão posterior de documentos/informações que deveriam constar originariamente nos envelopes.

6.5. Não serão aceitos envelopes abertos ou sem a identificação estabelecida acima e serão desclassificadas as propostas que desobedecerem às condições deste Edital e que apresentem rasuras ou falhas que impossibilitem a compreensão, ou, ainda, que não estejam no idioma oficial do Brasil.

6.6. Quaisquer documentos, necessários à participação no presente certame licitatório, apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado.

6.7. Será admitido o encaminhamento dos envelopes por via postal ou outro meio similar de entrega, mediante recibo ou aviso de recebimento, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitação (CPL), no endereço citado no Preâmbulo., desde que entregues até a data e horário designados para a abertura da sessão pública.

6.7.1. Nessa hipótese, todos os envelopes deverão ser acondicionados em invólucro único, endereçado diretamente à CPL, com a seguinte identificação:

**À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
SENAR-AR/MS
CONCORRÊNCIA Nº 004/2021
SESSÃO em 09/03/2022 às 09h**

Obs.: Os envelopes que não forem entregues nas condições acima estipuladas não gerarão efeitos como Proposta Comercial.

6.9. É vedado o recebimento dos envelopes em momento posterior ou local diferente do previsto no preâmbulo deste Edital.

6.9.1. Não serão aceitos pela CPL quaisquer documentos que sejam encaminhados ou apresentados em cópia de fax ou que cheguem após a data prevista para o recebimento dos envelopes, no local indicado no preâmbulo deste Edital.

6.10. A participação na presente licitação implica aceitação integral e irretratável dos termos e condições deste Edital e dos seus ANEXOS, bem como do RLC do SENAR.

6.11. Toda a documentação exigida para o certame, quando da abertura da sessão, deverá ser apresentada por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou ainda, publicação em órgão de imprensa oficial, e/ou documento disponível no site oficial do órgão emissor, sendo aceitos somente os que estiverem em plena validade.

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. Cada licitante terá apenas 01 (um) representante credenciado, respondendo por sua representada, devendo, para tanto, entregar à CPL, imediatamente após a abertura dos trabalhos, prova hábil de sua investidura como representante legal da empresa ou procuração para este fim específico. Por credenciamento entende-se a apresentação dos seguintes documentos:

7.1.1. REPRESENTANTE LEGAL – SÓCIOS, PROPRIETÁRIOS OU DIRIGENTES: Ato Constitutivo ou a Prova de Registro de Empresário Individual ou o Estatuto ou Contrato Social em vigor, inclusive a última alteração (podendo ser substituído por ato consolidado) devidamente registrado; em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no qual estejam **expressos seus poderes** para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

7.1.2. PROCURADOR: procuração pública ou particular **ou** Carta de Credenciamento (**Modelo – ANEXO II deste Edital**), com reconhecimento de firma do outorgante, na qual constem **poderes específicos para formular propostas, assumir compromissos, interpor recursos ou desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame**, acompanhada dos documentos comprobatórios dos poderes do outorgante, dentre os indicados no **subitem 7.1.1**, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

7.1.3. O representante legal ou procurador deverá identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

7.1.4. Após a convocação para credenciamento do representante da licitante, não será aceita a entrega ou complementação dos documentos necessários ao ato de credenciamento.

7.1.5. Os documentos de que tratam os **subitens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3** deste Edital deverão ser apresentados, separadamente, **fora dos envelopes e anteriormente a abertura do certame**, sendo que para as hipóteses de credenciamento de procuradores, deverá ser providenciada a entrega de cópia da procuração devidamente autenticada, a qual ficará retida nesta licitação.

7.1.6. Não será aceita a alegação de que os documentos comprobatórios estão inseridos nos envelopes que contém a documentação de habilitação e/ou propostas de preços.

7.1.7. O não credenciamento da licitante ou de seu representante legal não é fato impeditivo para recebimento e abertura de seus envelopes, mas o impedirá e a qualquer pessoa presente que se manifeste e responda por ele, permanecendo tão somente sua proposta escrita.

7.1.8. Nenhum interessado poderá participar da presente licitação representando mais de uma licitante sob pena de desclassificação de ambas as propostas por infração ao sigilo que deve pairar sobre as mesmas.

7.1.9. Cada licitante custeará a elaboração de sua proposta e a participação de seu representante nas reuniões que serão realizadas.

7.2. Fica assegurada às licitantes, a qualquer tempo, mediante juntada dos documentos previstos no **item 7.1** a substituição do seu representante junto ao processo.

8. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE “01”

8.1. Para habilitação, a licitante interessada deverá apresentar no “**Envelope nº 01 – Documentos de Habilitação**” os documentos listados nos subitens **8.4, 8.5, 8.6 e 8.7**, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou ainda, publicação em órgão de imprensa oficial, e/ou documento disponível no site oficial do órgão emissor, em 01 (uma) via, preferencialmente, numerados, dispostos ordenadamente, encadernados ou grampeados, de forma a não conter folhas soltas, sendo aceitos somente os que estiverem em plena validade.

8.1.2. Não havendo prazo de validade previsto na(s) certidão (ões) apresentada(s), entender-se-á (ão) válida(s) por 90 (noventa) dias contados de sua expedição.

8.2. Os prazos de validade previstos neste Edital prevalecem caso os órgãos expedidores não estabeleçam outro no documento.

8.3. A habilitação das licitantes fica condicionada à verificação dos documentos de habilitação, bem como da respectiva validade, no ato de abertura do certame, podendo a CPL efetuar as consultas que julgar adequadas sempre que houver dúvidas sobre a legitimidade/autenticidade dos documentos apresentados, podendo, para esse fim, se necessário, suspender a sessão, designando-a no ato para outra data e horário, ficando cientes da nova data os licitantes presentes, sendo desnecessária, neste caso, a divulgação subsequente da nova data por qualquer outro meio.

8.4. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.4.1. Em se tratando de pessoa jurídica deverá ser apresentado o Ato Constitutivo ou a Prova de Registro de Empresário Individual ou o Estatuto ou Contrato Social em vigor, inclusive a última alteração (podendo ser substituído por ato consolidado) devidamente registrado; em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

8.4.1.1. Fica dispensada da apresentação do referido documento a licitante que já o tenha feito no credenciamento.

8.4.2. Declarações nos termos do modelo constante do **ANEXO IV** deste Edital.

8.5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.5.1. Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em seu nome, que indique, qualifique e comprove aptidão para prestação de serviços com características semelhantes ao objeto deste Edital, **em especial ao constante no Termo de Referência – ANEXO I**, por ser considerada como parcela de maior relevância no presente caso.

8.5.1.1. O atestado deverá ser fornecido em papel timbrado de cliente da licitante Proponente,

no qual expressamente constará o detalhamento e o período da prestação dos serviços anteriormente realizados, data de emissão do atestado, assinatura e identificação do signatário (nome, cargo e função que exerce junto à licitante emitente).

8.5.1.2. Para fins de comprovar a atuação em trabalhos similares da forma como determinado no item **8.5.1** o atestado poderá ser acompanhado de outros documentos pertinentes.

8.6. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

8.6.1. Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE referente ao último exercício social, apresentados na forma da Lei e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou balanço de abertura no caso de empresa recém-constituída que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a substituição das demonstrações contábeis por balancetes ou balanços provisórios.

8.6.1.1. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste subitem mediante a apresentação do Balanço de Abertura.

8.6.1.2. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a)** No caso de sociedades anônimas, balanço patrimonial e demonstrações contábeis, publicados no Diário Oficial do Estado/ Distrito Federal ou, se houver, do Município da sede da empresa ou;
- b)** Publicados em jornal de grande circulação ou;
- c)** Registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou;
- d)** Registrados, via Livro Digital, contendo Termo de Autenticação – Livro Digital, Termo de Abertura, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício – DRE e Termo de Encerramento ou;
- e)** Registrados Digitalmente, via arquivamento, contendo Requerimento, Registro Digital – Capa de Processo, Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE ou;
- f)** Páginas do Livro Diário, contendo Termo de Abertura, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício – DRE e Termo de Encerramento, com o respectivo registro na Junta Comercial e, no caso de sociedades simples (cooperativas), no cartório competente ou;
- g)** Páginas transmitidas via Sistema Público de Escrituração Digital – Sped, contendo Recibo de Entrega e Escrituração Contábil Digital, Termo de Abertura e Encerramento, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício – DRE.

8.6.1.3. A comprovação da situação financeira da licitante será constatada mediante apresentação de documento assinado pelo contador responsável e/ou pelo representante legal da empresa, que contenha os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) maiores ou iguais (\geq) a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

a) A licitante que apresentar índices econômicos inferiores (<) a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) deverá comprovar que possui patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

8.6.2. Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial expedida pelo cartório distribuidor da sede de pessoa jurídica ou de execução patrimonial, expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data do recebimento da documentação de habilitação no certame.

8.7. DA REGULARIDADE FISCAL

8.7.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) relativo ao domicílio ou sede da licitante e onde conste atividade operacional classificada no CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas em caráter pertinente e compatível com o objeto desta Licitação.

8.7.2. Como prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual deverá ser apresentado o CCI disponível no site <http://www.sintegra.gov.br/> ou ainda no site <http://www1.sefaz.ms.gov.br/Cadastro/sintegra/cadastromsCCI.asp> ou ainda, se for o caso, apresentar declaração devidamente assinada pelo Contador (e com nº do CRC) e proprietário da empresa licitante expressando a desobrigação de inscrição estadual; ou

8.7.2.1. Como prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal deverá ser apresentado o “Cartão de Inscrição” ou Alvará de Funcionamento.

8.7.3. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.7.3.1. A prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Previdência Social (INSS) deverá ser atendida mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) ou documento equivalente que comprove essa regularidade.

8.7.3.2. A prova de regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser atendida através da

Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Estadual, para fins de verificação.

8.7.3.3. A prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante deverá ser apresentada, para fins de verificação, podendo ser atendida através de Certidão Negativa de Débitos Mobiliários ou equivalente na forma da lei.

8.7.3.4. Caso as certidões que provem a regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal sejam POSITIVAS, o **SENAR-AR/MS** se reserva o direito de só aceitá-las se contiverem expressamente o efeito de NEGATIVA, nos termos do art. 206 do Código Tributário Nacional, passado pelo seu emitente.

8.7.4. Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal.

8.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, comprovando a inexistência de débitos trabalhistas.

8.8. No encaminhamento da documentação a licitante ainda deverá observar o seguinte:

8.8.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos devem estar em nome da matriz;

8.8.2. Se a licitante for filial, todos os documentos devem estar em nome da filial, exceto aqueles para os quais a legislação permita ou exija a emissão apenas em nome da Matriz; e

8.8.3. Em se tratando de matriz ou filial, na hipótese em que a empresa que efetivamente vai executar o objeto não for a mesma que participou da sessão pública, os documentos de habilitação da empresa que constará no instrumento contratual emitido pelo **SENAR-AR/MS** também deverão ser apresentados dentro do envelope n.º 01 – Documentos de Habilitação.

8.9. Os documentos que forem emitidos pela Internet, bem como aqueles cuja aceitação esteja condicionada a verificação de sua autenticidade na Internet, estarão sujeitos a posterior conferência na página eletrônica do órgão emissor, para fins de verificação de sua autenticidade e aceitação pela CPL.

9. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE N. 02 – PROJETO – VIA NÃO IDENTIFICADA

9.1. Constará do Envelope n.º 02 – PROJETO VIA NÃO IDENTIFICADA somente o Projeto de Gestão de Relacionamentos Digitais a que se refere o item 13.2 deste Edital, observadas as especificações contidas no tópico respectivo.

9.1.1. A licitante deverá apresentar o Projeto de Gestão de Relacionamentos Digitais com base nas informações contidas no *Briefing* (Anexo VIII) e demais condições definidas neste Edital e seus anexos.

9.2. A apresentação do Projeto em Via Não Identificada tem por finalidade permitir a imparcial avaliação da Subcomissão Técnica de modo a impedir o prévio conhecimento do renome da licitante proponente ou de seus responsáveis técnicos influencie a capacidade de avaliação dos membros da Subcomissão Técnica.

10. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE N.º 03 – PROJETO – VIA IDENTIFICADA

10.1. As licitantes proponentes deverão reproduzir no Envelope n.º 03 o Projeto de Gestão de Relacionamentos Digitais a que se refere o item 13.2 deste Edital, em documento idêntico ao apresentado no Envelope n.º 02 desta vez, com a identificação da licitante proponente autora por meio de logomarca no cabeçalho ou rodapé.

10.2. O documento apresentado neste envelope tem por finalidade permitir a identificação das licitantes proponentes autoras dos Projetos de Gestão em Relacionamentos Digitais.

11. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE N.º 04 – PROPOSTA TÉCNICA

11.1. Constará do Envelope n.º 04 – PROPOSTA TÉCNICA os quesitos e subquesitos mencionados no item 13.3.

12. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE N.º 05 – PROPOSTA DE PREÇOS

12.1. O Envelope “05” conterá a “Proposta de Preços”, devidamente preenchida na forma do **ANEXO III**, devendo ser datada com a mesma data de abertura dos envelopes, impressa e assinada, sem emendas, ressalvas, rasuras ou entrelinhas.

12.1.1. As licitantes proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas.

12.2. As licitantes deverão indicar o prazo de validade das propostas, não inferior a 90 (noventa) dias corridos, contados da data da entrega das mesmas, sendo está a data designada no preâmbulo deste Edital para a abertura dos envelopes.

12.2.1. Caso haja o vencimento da validade da Proposta de Preços sem que a licitação tenha sido homologada, adjudicada e o contrato assinado, esta fica automaticamente prorrogada, exceto se houver manifestação contrária formal da licitante, através do e-mail licitacoes@senarms.org.br, dirigida à CPL, caracterizando seu declínio em continuar na licitação.

12.2.1. A ausência de inserção de data na proposta de preços implica na presunção de aceite da data determinada neste Edital.

12.3. A proposta deverá ser cotada por preço unitário e total, fixo, em moeda corrente nacional (Real), **em algarismos com no máximo duas casas decimais após a vírgula e preferencialmente por extenso**, incluindo todos os custos das obrigações da licitante, inclusive os tributários e o frete, se houver.

12.3.1. Na elaboração da Proposta de Preços a licitante deverá tomar por base o **preço unitário máximo do item**, conforme estabelecido no Termo de Referência – **ANEXO I** do presente Edital.

12.3.2. Não serão admitidos preços iguais a zero ou superiores ao **preço unitário máximo do item**, estabelecido no Termo de Referência – **ANEXO I** do presente Edital.

12.3.3. Acaso sejam ofertados valores considerando centésimos, estes serão desconsiderados, sem qualquer arredondamento.

12.3.4. A licitante não poderá ofertar quantidade inferior ou superior à especificada para o objeto licitado.

12.3.5. A licitante deverá observar em sua proposta de preços as especificações do objeto, evitando a simples cópia do teor das especificações constantes do Termo de Referência – **ANEXO I** do presente Edital.

12.4. Na hipótese de discordância entre os preços apresentados e a cotação por extenso, prevalecerá o de menor valor, desde que este apresente-se suficientemente claro, de forma a permitir a sua perfeita identificação.

12.5. A licitante deverá indicar na Proposta de Preços o número da conta bancária, agência e banco para fins de pagamentos, bem como os **dados do Representante Legal** que assinará o contrato ou instrumento equivalente: Nome Completo, nº do RG, nº do CPF e **e-mail pessoal**.

12.6. O preço proposto será de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo, nesse caso, o direito de pleitear a sua alteração posterior, ainda que a título de equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

12.6.1. A licitante deverá apresentar declaração, anexa na Proposta de Preços, na qual tratará a questão dos direitos autorais, estabelecendo a cessão total e definitiva dos direitos patrimoniais de uso das ideias (incluídos os estudos, análises e planos), peças, campanhas e demais materiais de comunicação digital de sua propriedade, concebidos, criados e produzidos em decorrência do contrato que vier a ser firmado, sem qualquer remuneração adicional ou especial, mesmo após a vigência do Contrato.

12.7. Nos preços propostos deverão ser incluídos todos os custos diretos e indiretos para a perfeita execução do objeto, inclusive as despesas com seguros, deslocamentos e gastos decorrentes dos mesmos, materiais, embalagens, mão-de-obra especializada ou não, segurança em geral, equipamentos, ferramentas, tributos, encargos da legislação social, trabalhista, previdenciária e responsabilidade civil que possam incidir sobre o objeto, por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de taxas, regulamentos e impostos municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para execução total e correta do objeto sem que lhe caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao **SENAR-AR/MS**, nem qualquer outro pagamento adicional, sem possibilidade de outras.

13. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

13.1. As Propostas Técnica e de Preço, uma por licitante, deverão ser apresentadas à CPL em envelopes distintos e separados, todos fechados, os quais deverão ser identificados com as informações abaixo previstas.

13.2. O Projeto de Gestão de Relacionamento Digital – consistirá em impressos em papel sulfite tamanho A4 (210 x 297mm), sob a forma de layout, roteiro, storyboard, tabelas e textos e será composta de três subquestitos, dentro dos quais a licitante proponente deverá utilizar e correlacionar os serviços especificados no Anexo I – Termo de Referência deste Edital:

- I. Raciocínio básico, sob a forma de texto que apresentará um diagnóstico das necessidades da gestão dos relacionamentos digitais do **SENAR-AR/MS**; o conhecimento de suas características, canais, recursos, especificidades, potencialidades, fraquezas, oportunidades, ameaças, boas práticas, assim como ao contexto social, político e econômico em que está inserido; a compreensão da licitante proponente sobre o objeto da licitação e os desafios a serem enfrentados nos relacionamentos digitais.
- II. Solução de Gestão em Relacionamentos Digitais, sob a forma de texto, apresentando as soluções para os problemas, circunstâncias e características identificados no diagnóstico das necessidades do **SENAR-AR/MS**; acompanhado das ações de relacionamento digital como exemplos; concatenando as conclusões do Raciocínio Básico com as Soluções propostas; demonstrando sua adequação ao problema do **SENAR-AR/MS**; a relação de todas as ações de gestão dos relacionamentos digitais necessárias para superar o desafio e alcançar os objetivos do **SENAR-AR/MS**.
- III. Estratégia e Plano de Implementação, no qual a licitante proponente deverá apresentar e defender um plano para desenvolvimento e execução das soluções propostas, assim como suas fases e pontos centrais; concatenando-os com os recursos próprios de gestão dos relacionamentos digitais, seus ambientes, meios e canais de divulgação, além das plataformas e ferramentas digitais a utilizar. Explicitará e justificará a estratégia e as táticas recomendadas em função da verba disponível indicada no instrumento convocatório, apresentada sob a forma de textos, permitida a inclusão de tabelas, gráficos, planilhas e quadro resumo.

13.2.1. A licitante proponente deverá especificar em cada um dos subquestitos do Projeto de Gestão de Relacionamento Digital os serviços especificados no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

13.2.2. O Projeto de Gestão de Relacionamento Digital será apresentado no Envelope n.º 02, SEM QUALQUER IDENTIFICAÇÃO DA SUA AUTORIA, sem logomarca, nome, sinal, ou qualquer outro elemento que a identifique.

13.2.3. O mesmo documento será apresentado também no Envelope n.º 03, desta vez com logomarca da licitante proponente em todas as páginas, no cabeçalho ou rodapé, permitindo o cotejo e identificação da licitante proponente autora, após a avaliação pela Subcomissão Técnica constituída para tal fim.

13.3. No Envelope n.º 04 deverão constar os demais documentos que compõem a Proposta Técnica referentes aos quesitos Experiência da licitante Proponente e Capacidade de Atendimento.

13.3.1. A DEMONSTRAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DA LICITANTE PROPONENTE, por meio de documento elaborado pela licitante proponente e composto por 02 (dois) subquesitos: os Relatos de Soluções de Gestão em Relacionamentos Digitais e a Experiência na Execução dos Serviços, nos termos seguintes:

- I. Relatos de Soluções de Gestão em Relacionamentos Digitais: documento elaborado pela licitante proponente, descrevendo até três projetos de comunicação digital por ela desenvolvidos e efetivamente executados; com a exposição das necessidades identificadas do cliente, ações implementadas e resultados obtidos.
- II. Experiência na Execução dos Serviços: apresentação de atestados de capacidade técnica – além daquele exigido na etapa de Qualificação Técnica (que não será pontuado neste item) em relação a cada um dos “Serviços” descritos no Anexo I deste edital, até o limite de três para cada um deles.

13.3.1.1. Caso a licitante proponente inobserve o disposto no item 13.3.1, inciso I, apresentando mais de 03 (três) casos concretos, a Subcomissão avaliará somente os primeiros.

13.3.1.2. A pontuação prevista para o item 13.3.1, inciso I, será distribuída entre os 03 (três) projetos de gestão de relacionamentos digitais apresentados de modo que, caso a licitante proponente apresente quantidade menor que três receberá a pontuação proporcional para cada um dos casos expostos.

13.3.2. A CAPACIDADE DE ATENDIMENTO, composto por 03 (três) subquesitos: Principais Clientes, Qualificação do Corpo Técnico e Estrutura Física.

- I. Principais Clientes: a licitante proponente deverá apresentar informações sobre os principais clientes para os quais criou soluções digitais, compostas de relação nominal dos clientes atualmente atendidos, com indicação do período de atendimento de cada um deles e a especificação detalhada do objeto do contrato.
- II. Qualificação do Corpo Técnico: a licitante proponente deverá indicar um Representante Técnico para cada um dos “Serviços” descritos no Anexo I deste Edital, apresentando currículo resumido (formação acadêmica e tempo de experiência na área) dos

profissionais que atuam como responsáveis técnicos **vinculando cada um deles a um** dos “Serviços” especificados no Anexo I deste Edital.

III. Estrutura Física: a licitante proponente deverá apresentar informações compostas de descrição das instalações, infraestrutura e recursos materiais utilizados por ela.

13.4. Os 03 (três) quesitos (Projeto de Gestão de Relacionamento Digital, Experiência da licitante Proponente e Capacidade de Atendimento) observarão o limite máximo de 10 (dez) páginas para cada um, perfazendo um total de 30 (trinta) páginas.

13.4.1. A Subcomissão Técnica avaliará os quesitos até a décima página de cada um deles, de modo que eventuais informações apresentadas em páginas que excedam esse limite não serão conhecidas e o quesito ou subquesito nelas contidos serão avaliados com nota zero.

13.4.2. Não se incluirá na contagem de páginas a que se refere o item 13.4. uma única página utilizada como a capa para identificar cada um dos quesitos e para separá-los, caso a licitante proponente opte por utilizá-la.

13.4.3. Caso a licitante proponente opte por inserir páginas além da capa de organização mencionada no item **13.4.2**, ainda que sem conteúdo próprio dos quesitos, essa página será computada no limite mencionado no item **13.4**, assim como para a atribuição da nota final da licitante proponente no certame.

13.4.4. Nos documentos apresentados com impressão e informações exclusivamente no anverso, o verso da página, se completamente em branco, não será contabilizado na contagem de páginas prevista no item **13.4**.

13.5. A critério do **SENAR-AR/MS**, o Projeto de Gestão de Relacionamento Digital da proposta vencedora poderá ou não vir a ser produzido e veiculado, com ou sem modificações, na vigência do Contrato.

13.6. O Envelope n.º 05 deverá conter a Proposta de Preços, atendendo aos requisitos fixados neste Edital.

13.6.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante, ter suas páginas numeradas sequencialmente e ser redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas ou rasuras, conforme modelo do Anexo III, por quem detenha poderes de representação legal da licitante, na forma de seus atos constitutivos, devidamente identificado.

14. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA

14.1. Na apreciação das Propostas Técnicas, será considerada a linha de atuação desenvolvida, sendo certo que receberá um máximo de 100 (cem) pontos, distribuídos entre os diversos tópicos de julgamento, da seguinte forma:

14.1.1. PROJETO DE GESTÃO DE RELACIONAMENTO DIGITAL - máximo de 40 (quarenta) pontos no total:

- I. Raciocínio Básico - Máximo de 15 (quinze) pontos, relativos a:
- a) Conhecimento das características, especificidades, fraquezas, oportunidades, ameaças e boas práticas do **SENAR-AR/MS**, incluindo o seu papel no contexto social, político e econômico, no qual se insere.
 - b) Conhecimento genérico dos serviços prestados pelo cliente.
 - c) Diagnóstico relativo às necessidades de comunicação digital identificadas.
 - d) Compreensão sobre o objeto da licitação e dos desafios e dos objetivos de comunicação digital estabelecidos no Briefing.
 - e) Exposição dos serviços do Anexo I – Termo de Referência utilizados para a elaboração do Raciocínio Básico.
- II. Solução de Comunicação Digital - máximo de 15 (quinze) pontos, nos seguintes aspectos:
- a) Exposição das soluções para os problemas diagnosticadas com observância às circunstâncias e características do **SENAR-AR/MS**.
 - b) A exposição de todas as ações de comunicação digital necessárias para superar o desafio e alcançar os objetivos da comunicação digital.
 - c) Exemplos das ações de comunicação digital que apresentem características visuais, constantes da relação prevista na alínea anterior, que a licitante julga mais adequadas para corporificar e ilustrar objetivamente sua proposta.
 - d) Exposição dos serviços do **Anexo I – Termo de Referência** utilizados para a elaboração da Solução de Comunicação Digital.
- III. Estratégia e Plano de Implementação - máximo de 10 (dez) pontos, no qual a licitante proponente deverá apresentar e defender um plano estratégico para desenvolvimento e distribuição das ações e/ou peças de comunicação digital constantes de sua proposta, contemplando:
- a) O conhecimento dos hábitos e meios para se alcançar o público-alvo das ações de comunicação digital.
 - b) A congruência entre os resultados do diagnóstico exposto no Raciocínio Básico com as Soluções de Comunicação Digital para atender a necessidade de comunicação digital do **SENAR-AR/MS**.
 - c) A demonstração dos meios com os quais a licitante proponente pretende alcançar o maior número possível de indivíduos pertencentes ao público-alvo, com o menor dispêndio de recursos financeiros possíveis.
 - d) Exposição das fases e dos pontos centrais do plano estratégico para o desenvolvimento e execução das soluções propostas.

- e) Exposição dos serviços do **Anexo I – Termo de Referência** do Edital utilizados para a elaboração da Estratégia e Plano de Implementação.

14.1.2. EXPERIÊNCIA DA LICITANTE PROPONENTE - máximo de 30 (trinta) pontos no total, subdividido relativos a:

- I. Relatos de Soluções de Comunicação Digital - máximo de 15 (quinze) pontos, no qual a licitante proponente relatará uma solução de inteligência em comunicação digital adotada para outro cliente, tendo em vista os seguintes aspectos:
 - a) Exposição da análise e diagnóstico da necessidade do cliente, com exposição das informações e métodos adotados.
 - b) A solução desenvolvida e implementada.
 - c) A relevância dos resultados obtidos.
- II. Experiência na Execução dos Serviços - máximo de 15 (quinze) pontos, referentes às prestações anteriores dos serviços da licitante proponente, por meio da apresentação de atestados de capacidade técnica (além daquele exigido na Qualificação Técnica, não pontuado neste item) para cada um dos “Serviços” previstos nos Anexos deste Edital, atribuindo-se a pontuação da seguinte forma:
 - a) Cada um dos Atestados de Capacidade Técnica referentes a cada um dos serviços que compõem o objeto deste certame, contidos no Anexo I deste Edital, receberá 1 ponto.
 - b) Será admitida a apresentação de até três Atestados de Capacidade Técnica para cada um dos itens que integra o grupo “Serviços” do Anexo I deste Edital, até a pontuação máxima prevista no inciso II, acima (15 pontos).

14.1.3. CAPACIDADE DE ATENDIMENTO - máximo de 30 (trinta) pontos no total, subdividido em:

- I. Principais Clientes: com a apresentação dos clientes já atendidos pela licitante proponente pontuando-se a pertinência dos serviços prestados para cada um deles, assim como o seu porte – até 10 (dez) pontos.
- II. Qualificação do Corpo Técnico, contabilizando-se a formação acadêmica e a experiência dos responsáveis técnicos indicados pela licitante proponente para cada um dos “Serviços” contidos no Anexo I – Termo de Referência, deste Edital – até 10 (dez) pontos:
 - II.1 – Será atribuído um ponto para cada Responsável Técnico que apresente pós-graduações na área, até o limite de duas por profissional.
 - II.2 – Será atribuído um ponto para o Responsável Técnico que apresente tempo de experiência, na execução dos serviços respectivos, superior a 5 (cinco) anos.

II.3 – Cada licitante proponente poderá indicar um único Responsável Técnico para cada um dos Serviços especificados no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

III. Estrutura física e equipamentos necessários à realização dos serviços, sua adequação para a execução do contrato – até 10 (dez) pontos.

14.2. A Nota da Proposta Técnica (total de pontuação auferida) servirá para o cálculo da nota final.

14.3. Serão levados em conta pela Subcomissão Técnica, como critério de julgamento técnico, os seguintes atributos da Proposta:

- a) a exequibilidade das peças.
- b) a compatibilidade da linguagem das peças aos meios propostos.

14.4. A pontuação final de cada Proposta Técnica será definida pela soma das notas atribuídas a cada um dos quesitos relacionados no item **14.1**.

14.5. As propostas que obtiverem nota menor que 80 (oitenta) pontos serão desclassificadas.

14.6. As propostas que obtiverem nota igual ou superior a 80 (oitenta) pontos serão classificadas em ordem decrescente, a partir da que acumular maior pontuação.

14.7. Divulgada a classificação da Proposta Técnica, serão designados, em publicação no site da Regional, dia e hora para abertura dos envelopes n.º 04 contendo as Propostas de Preços das licitantes classificadas tecnicamente.

15. DA AVALIAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

15.1. As Propostas de Preços das licitantes classificadas serão examinadas, preliminarmente, quanto ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

15.2. A classificação das propostas de preços será feita mediante a aplicação do critério de julgamento do menor preço, considerando um máximo de 100 (cem) pontos.

15.3. A pontuação de preço será obtida calculando-se o percentual do desconto proposto, sobre o valor máximo estimado para este certame, obtido em pesquisa de mercado, por meio da seguinte fórmula:

$$PD = \frac{[(ET - PP) * 100]}{ET}$$

onde,

PD = Percentual de Desconto.

ET = Estimativa Total.

PP = Preço Proposto.

15.4. Tomando-se como base o valor do Percentual de Desconto obtido por meio da fórmula disposta no item anterior:

15.4.1. Até 100 (cem) pontos para a proposta de preços unitária dos serviços compreendidos no Modelo de Proposta de Preços do certame que consta no Anexo III deste Edital, conforme os seguintes parâmetros: 0,5 (meio) ponto para cada 1% (um por cento) de desconto entre 0% e 10%; 1 (um) ponto para cada 1% - um por cento - de desconto entre 11% até 30% e mais 1,3 (um inteiro e três décimos) pontos para cada 1% de desconto entre 31 a 50% de desconto.

15.5. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no Edital, nem preço ou vantagem baseado em ofertas de outras empresas licitantes.

15.5.1. A avaliação da Proposta de Preços será pelo máximo de 100 (cem) pontos. Na avaliação da proposta de preços será atribuída pontuação em seus itens através dos seguintes critérios:

A. Percentual do desconto proposto sobre o valor total estimado do contrato, baseado nos valores indicado nos custos internos, apurados em pesquisa de mercado.

Percentual de desconto	Critério	Pontuação aferida
(simulação máxima)		
1 a 10 %	1% de desconto = 0,5 ponto	5 (0,5*10)
11 a 30 %	1% de desconto = 1 ponto	30 (1*30)
31 a 50%	1% de desconto = 1,3 pontos	65 (1,3*50)
Total máximo de pontos da proposta de preços		100

15.6. Não tendo sido interposto recurso, ou tendo sido julgados os recursos porventura interpostos, ou havendo desistência dos mesmos, a CPL elaborará relatório com a classificação das propostas de preços e respectivas pontuações obtidas.

15.7. A pontuação auferida da Proposta de Preços servirá para o cálculo da nota final.

15.8. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as disposições contidas neste Edital ou apresentarem valores superiores aos praticados no mercado e normas aplicáveis a licitação.

15.9. DA NOTA FINAL

15.9.1. A CPL considerará vencedoras desta licitação as propostas que obtiverem pontuações iguais ou superiores a 80 (oitenta) de pontuação na Nota Final, calculada através da soma da Nota Final da Proposta Técnica com a Nota Preço, conforme a seguinte critério:

15.9.1.1. Critério para a pontuação final:

15.9.1.1.1. As Notas da Proposta Técnica (NPT) terão peso 07 (sete) e a Notas Proposta de Preços (NPP) terão peso 03 (três) sendo vencedoras as licitantes que obtiverem as maiores notas médias ponderadas, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{NMP} = \frac{(7 \times \text{NPT} + 3 \times \text{NPP})}{10}$$

onde:

NMP = Nota Média Ponderada.

NPT = Nota Proposta Técnica.

NPP = Nota Proposta de Preço.

15.9.2. A classificação das licitantes proponentes será em ordem decrescente das notas finais obtidas.

15.9.3. Em caso de empate, o desempate far-se-á mediante a maior pontuação obtida, por cada proposta, decrescentemente, nos seguintes itens da proposta técnica sucessivamente: no Plano de Comunicação Digital, a maior nota no Raciocínio Básico; na Solução de Comunicação Digital; na Estratégia e Plano de Implementação; prevalecendo o empate, a maior nota na Experiência da licitante Proponente e, em seguida, na Capacidade de Atendimento.

15.9.4. Permanecendo a situação de empate, o desempate far-se-á por sorteio público, para o qual serão convocadas todas as licitantes classificadas tecnicamente.

15.10. A pontuação do quesito corresponderá à média aritmética dos pontos atribuídos por cada membro da Subcomissão Técnica.

15.10.1. Se, na avaliação de um quesito ou subquesito, a diferença entre a maior e a menor pontuação for maior que 20% da pontuação máxima do quesito ou subquesito, a CPL reavaliará a pontuação – com a finalidade de restabelecer o equilíbrio das pontuações conforme os critérios previstos no Edital. Será aberta discussão entre todos os membros da Subcomissão Técnica para apresentação, por seus autores, das justificativas das pontuações “destoantes”. Caso as argumentações não sejam suficientes ao convencimento dos membros da CPL, os autores reavaliarão suas pontuações.

a) Caso os autores das pontuações destoantes não adotem novas pontuações, deverão registrar suas justificativas por escrito em ata, a qual deverá ser assinada por todos os membros da Subcomissão Técnica e passará a compor o processo da licitação.

15.11. A proposta deverá ter a validade de 90 (noventa) dias corridos contados a partir da data de apresentação dos documentos das propostas técnica e de preço.

16. DOS PROCEDIMENTOS

16.1. Os procedimentos e julgamentos serão efetuados e correrão sob a responsabilidade da CPL, com exceção do julgamento da Proposta Técnica para qual será constituída Subcomissão Técnica de Licitação com integrantes detentores de conhecimentos técnicos pertinentes ao objeto desta licitação.

16.2. Serão realizadas tantas reuniões públicas quanto necessárias, desde que observados os procedimentos previstos neste Edital e na legislação em vigor.

16.3. Serão lavradas atas circunstanciadas de todas as reuniões, as quais serão assinadas pelos membros da CPL, conforme o caso, e pelos representantes das licitantes presentes que assim o desejarem.

16.3.1. Os representantes das licitantes presentes poderão indicar uma comissão constituída de alguns entre eles para rubricar os documentos nas diversas reuniões públicas, decisão que constará da respectiva ata.

16.4. A CPL poderá, em qualquer fase do processo, se julgar necessário, proceder à vistoria das instalações e da aparelhagem disponível para a realização dos serviços objeto desta licitação.

16.5. Antes da publicação dos avisos oficiais de resultados desta concorrência, não serão fornecidos às licitantes ou a terceiros, quaisquer informações referentes à adjudicação dos contratos ou à análise, avaliação ou comparação entre as Propostas.

16.6. Qualquer tentativa de uma licitante influenciar a CPL no processo de julgamento das Propostas resultará na sua desclassificação.

16.7. A CPL poderá alterar as datas ou as pautas das reuniões, ou mesmo suspendê-las, em função do desenvolvimento dos trabalhos, obedecidas as normas legais aplicáveis.

16.8. A primeira fase da primeira reunião pública será realizada no local, dia e hora previstos no preâmbulo deste Edital e terá basicamente a seguinte pauta:

- a) identificar os representantes das licitantes, conforme item 7 deste Edital.
- b) receber os envelopes 01, 02, 03, 04 e 05 e colher a rubrica de todos os membros da CPL e dos representantes das licitantes presentes nos fechos dos envelopes.
- c) abrir o envelope de n.º 1 para análise dos documentos de habilitação, quanto ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e em seus ANEXOS.

16.3. Caso as licitantes presentes renunciem ao direito de interpor recursos sobre a fase de habilitação, a CPL passará imediatamente ao exame da fase posterior.

16.4. As licitantes que não atenderem os requisitos de Habilitação previstos neste Edital serão desclassificadas do certame, sendo devolvidos os envelopes n.º 02, 03, 04 e 05, por ela apresentados, sem a abertura e avaliação.

16.5. Transcorrido o prazo recursal ou, julgados os recursos eventualmente interpostos, ou na hipótese da renúncia à apresentação de recursos, será a CPL autorizada a convocar nova reunião para andamento dos trabalhos.

16.6. Em continuidade, cabe a CPL:

a) conferir se o envelope n.º 02 apresenta em sua parte externa alguma menção que identifique a licitante, fato que impedirá a CPL de receber todos os outros envelopes dessa licitante.

b) abrir os envelopes n.º 02 e 04.

c) o envelope de n.º 02 deverá ser aberto, sendo seu conteúdo mostrado aos participantes, sem que os mesmos tenham acesso, não devendo ser manipulado por eles, e inseridos no envelope e junto com o envelope n.º 04, entregue a Subcomissão Técnica para análise e julgamento.

d) o presidente da CPL solicitará aos representantes das licitantes, ou a comissão por eles designada, que rubriquem todas as folhas contidas no envelope de n.º 04, manifestem-se com relação a documentação ou a respeito do desenvolvimento do certame para que conste na ata da reunião.

16.7. A análise dos envelopes pela Subcomissão Técnica será individualizada e o julgamento realizado de acordo com o estabelecido neste Edital, observados os critérios por ele fixados.

16.8. A Subcomissão Técnica elaborará as planilhas com as pontuações fornecidas por seus membros e uma planilha totalizadora com a soma da pontuação atribuída aos quesitos e sub quesitos.

16.9. A Subcomissão Técnica elaborará a Ata de julgamento do Plano de Comunicação publicitária (envelope n.º 02) e encaminhará à CPL juntamente com as propostas, as planilhas de pontuações e as justificativas escrita das razões que fundamentaram cada caso.

16.9.1. De igual forma ao descrito no item anterior, a Subcomissão Técnica procederá com relação ao envelope n.º 04.

16.10. Serão lavradas atas circunstanciadas de todas as reuniões as quais serão assinadas pelos membros da CPL ou pelos membros da Subcomissão Técnica, conforme o caso, e pelos representantes dos licitantes presentes.

16.11. A CPL desclassificará as Propostas Técnicas que não atenderem quaisquer das exigências legais ou estabelecidas no Edital, restituindo às licitantes proponentes o Envelope n.º 05 lacrado e sem a análise de seu conteúdo.

16.12. Não tendo sido interposto recurso, ou tendo havido desistência do mesmo, ou ainda, tendo sido julgados os recursos interpostos, serão marcados data, hora e local para a continuidade da sessão pública e abertura do envelope n.º 03, com a identificação dos Projetos não identificados e posterior abertura do envelope n.º 05 em sessão pública, contendo a Proposta de Preços.

16.13. Abertos os trabalhos de julgamento das Propostas de Preços, serão observados os procedimentos abaixo:

a) abertura dos envelopes n.º 05, cujos documentos serão rubricados pelos membros da CPL e pelos representantes das licitantes presentes ou por comissão por elas indicada.

b) examinar o cumprimento, pelas licitantes, das exigências fixadas neste Edital, para elaboração das Propostas de Preços e julgá-las.

c) atribuir a pontuação à proposta de preços segundo o percentual de desconto ofertado pela proponente a incidir sobre o valor total estimado do contrato, em consonância com as licitantes especificações deste Edital.

d) declarar vencedora desta Concorrência a licitante mais bem classificada na soma das Propostas Técnica e de Preço, em consonância com os critérios de pontuação estabelecidos neste Edital.

e) publicação do resultado, por ordem de classificação, abrindo-se prazo para interposição de recurso.

16.7. Se os Documentos de Habilitação das licitantes não atenderem ao que for exigido, elas serão declaradas inabilitadas e, em decorrência, excluídas da licitação, com a restituição dos demais envelopes fechados e sem qualquer análise de seu conteúdo.

16.8. Não tendo sido interposto recurso, ou tendo havido desistência do mesmo, ou ainda, tendo sido julgados os recursos interpostos, o procedimento será homologado e adjudicado o objeto licitado à licitante vencedora.

16.9. Os envelopes das licitantes desclassificadas ou inabilitadas, não retirados imediatamente, ficarão à disposição das mesmas por 30 (trinta) dias contados da data de encerramento da licitação. Decorrido este prazo sem que sejam questionados, o **SENAR-AR/MS** arquivará todos os envelopes.

16.10. A critério da CPL, todas as decisões referentes a esta concorrência serão divulgadas no site da Regional, no endereço eletrônico <http://www.senarms.org.br/licitacoes-contratos>, bem como por meio de comunicação a cada licitante, através e-mail

16.11. Não será suspensa a tramitação do certame se as licitantes estiverem presentes e renunciarem ao direito de interpor recursos sobre determinada fase passando-se imediatamente ao exame da fase posterior.

16.12. Se do resultado, a licitante classificada em primeiro lugar for inabilitada, proceder-se-á a abertura do envelope de habilitação da licitante classificada em segundo lugar. Caso não ocorra a habilitação da licitante classificada em segundo lugar, a CPL prosseguirá na abertura do Envelope contendo os Documentos de Habilitação das classificadas seguintes, observando o mesmo procedimento deste item.

17. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

17.1. Dos resultados da fase de habilitação e do julgamento das propostas caberão recursos fundamentados, pela licitante que se julgar prejudicada, no prazo de **05 (cinco) dias úteis** contados da comunicação desta decisão, os quais serão dirigidos, por intermédio da CPL, ao Superintendente do **SENAR-AR/MS**. (art. 22 do RCL do SENAR).

17.2. Após cada fase da licitação, os autos ficarão à disposição dos interessados para vista, pelo prazo necessário à interposição de recursos.

17.3. A licitante que puder vir a ter a sua situação efetivamente prejudicada em razão de recurso interposto poderá sobre ele se manifestar no mesmo prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, que correrá da comunicação da interposição do recurso, conforme disposto no § 3º art. 22, do RCL do SENAR.

17.4. Os recursos deverão ser apresentados por meio de petição fundamentada e protocolados das 08h às 12h e das 13h às 17h30, exclusivamente no Protocolo do **SENAR-AR/MS**, situada na Rua Marcino dos Santos, nº 401, Bairro Chácara Cachoeira II, Campo Grande/MS.

17.4.1. Não serão considerados os recursos protocolados fora do horário e em local diferente do indicado no item **17.4**.

17.5. Os recursos serão julgados pelo Superintendente do **SENAR-AR/MS** ou por quem este delegar competência nos termos do art. 23 do RCL do SENAR.

17.6. O provimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.7. Os recursos terão efeito suspensivo.

18. DA AUTORIDADE COMPETENTE PARA A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DA LICITAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO SEU OBJETO

18.1. O resultado desta licitação será submetido ao Presidente do Conselho Administrativo do **SENAR-AR/MS** para o procedimento de homologação e adjudicação do objeto licitado à vencedora.

19. DA CONVOCAÇÃO PARA A ASSINATURA DO CONTRATO

19.1. O **SENAR-AR/MS** convocará a adjudicatária após homologado o resultado da presente Concorrência, por escrito, para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação, assinar o contrato.

19.2. Independentemente de sua transcrição, para todos os efeitos legais, farão parte do contrato a ser assinado, todas as condições estabelecidas no presente Edital e seus ANEXOS, Documentação de Habilitação e Proposta de Preços.

19.3. Transcorrido o prazo previsto no subitem anterior sem que a licitante compareça para assinar o instrumento contratual ou recuse em fazê-lo, o **SENAR-AR/MS** poderá convocar as licitantes remanescentes, observando rigorosamente a ordem de classificação, para assiná-lo

em igual prazo e nas mesmas condições apresentadas na proposta classificada originariamente em primeiro lugar ou revogar o certame, independentemente da aplicação das demais sanções previstas para a espécie neste Edital e no RLC do SENAR.

20. DA FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

20.1. A execução do objeto está detalhada no Termo de Referência – Anexo I deste instrumento.

20.2. Na execução do objeto deverão ser observadas, de modo geral, as Especificações, Posturas, Normas Técnicas, Leis e Regulamentos vigentes em todo o território nacional, bem como será necessário possuir e/ou observar, independente de exigência expressa neste instrumento ou seus anexos, as licenças, alvarás e/ou certificados necessários à prestação de serviços relacionados a execução do objeto, incluindo, mas não se limitando, as expedidas pelos órgãos fiscalizadores, agências de regulação, institutos de metrologia, órgãos de controle ambiental.

21. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DO PAGAMENTO

21.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do parágrafo único, do art. 26 do RLC do SENAR, desde que verificadas as hipóteses de conveniência e oportunidade por parte do **SENAR-AR/MS** cumuladas ao interesse da **CONTRATADA**.

21.2. Os pagamentos, decorrentes da execução do objeto serão efetuados, por meio de crédito em conta bancária após a apresentação da nota fiscal, respeitando o Cronograma de Pagamentos do **SENAR-AR/MS**.

21.3. A nota fiscal, para liquidação e pagamento da despesa deverá estar obrigatoriamente atestada pelo **SENAR-AR/MS**, acompanhada do relatório mensal dos serviços executados, ficando seu pagamento condicionado a verificação da regularidade fiscal da **CONTRATADA** para com a Fazenda Federal e Previdência Social (INSS), Fazenda Estadual ou Municipal (aquela que for pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste instrumento), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho (CNDT – TST).

21.4. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos pertinentes à execução do objeto não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao **SENAR-AR/MS**, nem pode onerar o objeto contratado.

22. DAS PENALIDADES

22.1. DA RECUSA EM ASSINAR O CONTRATO

22.1.1. A recusa injustificada da licitante adjudicatária em assinar o contrato caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e poderá acarretar à licitante as seguintes penalidades, a exclusivo critério do **SENAR-AR/MS**:

I - Perda do direito à contratação.

II - Suspensão do direito de licitar ou contratar com o **SENAR-AR/MS** pelo prazo de até 02 (dois) anos.

III – Multa de natureza não compensatória, de 10% sob o valor total da proposta apresentada.

22.2. DA INEXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES FIRMADAS PELA CONTRATADA

22.2.1. A inexecução, total ou parcial, injustificada ou a execução deficiente, irregular ou inadequada do objeto contratado, assim como o descumprimento dos prazos e das condições estipuladas no contrato poderá, garantida a prévia defesa da **CONTRATADA**, ensejar sua rescisão, sendo que para quaisquer destas hipóteses, mesmo que não resultante de rescisão contratual, o **SENAR-AR/MS** poderá, igualmente garantida à prévia defesa, aplicar as seguintes penalidades:

I – ADVERTÊNCIA, nas hipóteses de:

a) prestação de serviços em desconformidade com as especificações técnicas, de execução irregular ou extemporânea do ato de entrega, que não resulte em prejuízo para a execução do objeto contratado.

b) deixar de manter e/ou comprovar sua regularidade fiscal e demais condições de habilitação exigidas para a correta execução do objeto, até finda vigência do contrato.

II – MULTA MORATÓRIA de natureza não compensatória pelo não cumprimento das condições estabelecidas no contrato, correspondente a:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia sobre o valor do serviço não entregue, até o limite de 10% (dez por cento) de seu valor.

b) 10% (dez por cento) sobre o valor do serviço contratado, quando no ato de seu pagamento não for comprovada a regularidade e fiscal para com a Fazenda Federal e Previdência Social (INSS), Fazenda Estadual ou Municipal (aquela que for pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste instrumento), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho (CNDT – TST) e a **CONTRATADA** não providenciar após notificada.

III – MULTA COMPENSATÓRIA, correspondente à:

a) 10% (dez por cento) sobre o valor contratado na hipótese de recusa em iniciar a execução do serviço após assinado o contrato.

b) 10% (dez por cento) sobre o valor contratado na hipótese em que a **CONTRATADA** perder os requisitos de habilitação e não os restabelecer após notificada.

c) 10% (dez por cento) sobre o valor contratado na hipótese em que se verificar o inadimplemento total ou parcial do ajuste por parte da **CONTRATADA**, determinante para ensejar a rescisão do contrato.

IV – SUSPENSÃO TEMPORÁRIA do direito de licitar ou contratar com o **SENAR-AR/MS** pelo prazo de até 02 (dois) anos.

22.2.2. A falta de regularidade fiscal da **CONTRATADA** ensejará a interrupção da execução do objeto, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato pelo **SENAR-AR/MS**.

22.2.3. Para a aplicação das penalidades previstas neste contrato, a **CONTRATADA** será notificada para apresentação de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação.

22.2.3.1. Será instaurado processo administrativo interno (PAI) nas hipóteses de inobservância, pela **CONTRATADA**, do Código de Conduta e das Políticas do Programa de Integridade do SENAR-AR/MS.

22.2.4. Após a decisão definitiva, em se aplicando a penalidade de multa, o **SENAR-AR/MS**, poderá descontá-la dos pagamentos eventualmente devidos à **CONTRATADA** ou proceder a sua cobrança administrativa e/ou judicial.

22.2.5. As penalidades previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente com as outras penalidades previstas neste item, assim como com a penalidade de rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da adoção de outras medidas extrajudiciais e/ou judiciais cabíveis.

22.2.6. Acaso os prejuízos decorrentes do inadimplemento por parte da **CONTRATADA** superem o valor das penalidades impostas, o **SENAR-AR/MS** se reserva ao direito de cobrar judicialmente a diferença verificada.

22.2.7. Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pelo **SENAR-AR/MS** e comprovadamente realizadas pela **CONTRATADA**.

22.2.8. Em caso de **REINCIDÊNCIA** da **CONTRATADA** em qualquer das hipóteses de inexecução, poderá ser rescindido contrato unilateralmente, no que tange ao item que lhe tenha sido adjudicado, cumuladas as penalidades previstas, garantida a defesa prévia.

23. DA PUBLICIDADE

23.1. Todos os atos referentes a presente licitação serão divulgados site da Instituição, no endereço eletrônico <http://www.senarms.org.br/licitacoes-contratos>.

23.2. Qualquer alteração neste Edital, bem como as decisões relativas a esta CONCORRÊNCIA, será comunicada aos interessados pela mesma forma com que se deu a

divulgação ao texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. O **SENAR-AR/MS** se reserva o direito de cancelar esta licitação antes da assinatura do Contrato, mediante prévia justificativa, sem que caiba às licitantes qualquer recurso, reclamação ou indenização, conforme art. 40 do RCL do SENAR.

24.2. A CPL poderá solicitar, a seu critério, esclarecimentos e informações complementares ou efetuar diligências, caso julgue necessário, visando melhor desempenhar suas funções institucionais, desde que disso não decorra a posterior inclusão de documentos que deveriam constar originariamente dos envelopes entregues pelas licitantes.

24.3. As licitantes interessadas deverão manter-se atualizadas de quaisquer alterações e/ou esclarecimentos sobre o Edital, através de consulta permanente ao site da Instituição, no endereço eletrônico <http://www.senarms.org.br/licitacoes-contratos>, não cabendo ao **SENAR-AR/MS** a responsabilidade pela não observância deste procedimento.

24.4. Entregues os envelopes 01 e 02 à CPL e desde que aberto pelo menos um deles, de qualquer uma das licitantes, não será mais permitida a desistência de participação no certame, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela CPL.

24.5. Das sessões públicas serão lavradas atas circunstanciadas, as quais serão assinadas pelos membros da CPL e pelas licitantes presentes, se assim o desejarem, com os registros de todas as ocorrências.

24.6. Os envelopes das licitantes ainda lacrados e não utilizados no certame serão disponibilizados para retirada no prazo de até 30 (trinta) dias contados da assinatura do Contrato. Decorrido esse prazo, poderá ser providenciada a sua destruição.

24.7. As licitantes deverão manter as mesmas condições de habilitação iniciais durante todo o certame e período de vigência contratual.

24.8. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sede do **SENAR-AR/MS**, da forma como indicado no preâmbulo deste Edital.

24.9. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame nas datas marcadas, as sessões serão automaticamente transferidas para os primeiros dias úteis subsequentes, no mesmo local e horário anteriormente estabelecidos, salvo comunicação em contrário.

24.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus ANEXOS, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-á dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário, sendo que somente se iniciam ou se interrompem prazos em dia de expediente no **SENAR-AR/MS**.

24.11. Fica entendido que as especificações, e toda a documentação apresentada pela licitante são complementares entre si, de modo que qualquer informação que se mencione em um documento e se omita em outro, será considerado especificado e válido.

24.12. É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fato sigiloso, secreto ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre as licitantes.

24.13. Os casos omissos serão solucionados diretamente pela CPL, observando-se o RCL do SENAR, aprovado pela Resolução nº 01/CD do SENAR, de 15 de fevereiro de 2006, alterada pela Resolução nº 033/CD, de 28/06/2011 (DOU 29/06/2011) e pela Resolução nº 032/CD, de 15/03/2012 (DOU 23/03/2012).

24.14. Fica eleito o Foro de Campo Grande/MS, para dirimir eventual controvérsia que decorra da presente licitação.

24.15. Constituem partes integrantes e complementares deste instrumento os seguintes ANEXOS:

ANEXO I – Termo de Referência.

ANEXO II – Modelo de Carta de Credenciamento.

ANEXO III – Modelo de Tabela Proposta de Preço.

ANEXO III-A – Planilha de Formação de Preços.

ANEXO IV– Modelo de Declarações.

ANEXO V – Minuta do Contrato SENAR-AR/MS.

ANEXO VI – Modelo do Termo de observância ao Código de Conduta e as Políticas do Programa de Integridade do SENAR-AR/MS.

ANEXO VII – Modelo de Declaração de Potenciais Conflitos – Código de Conduta.

ANEXO VIII – Briefing.

ANEXO IX – Minuta Autorização de Fornecimento.

Campo Grande/MS, 08 de fevereiro de 2022.